

INCLUIR OU EXCLUIR: A EDUCAÇÃO PARA O ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS CHEGA AO ENSINO SUPERIOR?¹

TO INCLUDE OR TO EXCLUDE: THE EDUCATION TO STUDEND WITH NECESSITY SPECIAL ARRIVE AT THE UNIVERSITY?

Roberson Geovani Casarin²

Marcos Antônio de Oliveira³

Resumo: O presente trabalho aborda a questão do aluno com necessidade especial. Mas não o aluno do ensino fundamental ou médio, mas sim aquele que já passou por essas etapas do estudo e agora frequenta o ensino superior. Veremos que poucos estudos têm sido realizados sobre esse assunto. Percebemos que não há também legislação sobre o a educação especial já no nível superior de ensino. Talvez até porque não há muitos estudos sobre o tema, como já dissemos.

Palavras-Chave: Educação Especial, Ensino Superior, Inclusão, Exclusão.

Abstract: The present work approaches the students subject with special needs. But not the student of the basic teaching or medium, but the one who had already gone by these stages of studies and now frequents the university. We will see that few studies have been accomplished on this subject. We noticed that there isn't a legislation about the special education in the superior level of teaching. Perhaps especially because there are not many studies about this theme, as we already said.

Key-words: Special education, higher education, Inclusion, Exclusion.

Estudos da Secretaria de Educação Especial – Coordenação Geral de Planejamento do Ministério da Educação (INEP) realizados no ano de 2005 mostram um perfil do crescimento de alunos com necessidades especiais matriculados em escolas no Brasil. Tal pesquisa realizada entre os anos de 1998 a 2005 aponta um crescimento em torno de 40%, com um número de 337.326 alunos para 640.317 alunos, respectivamente. Foi realizada, conforme mostram os gráficos apresentados em janeiro de 2006 pelo Ministério da Educação, com alunos de diversas necessidades especiais: “baixa visão, cegueira, deficiência auditiva, deficiência múltipla, deficiência física, altas habilidades/superdotação, condutas típicas, autismo, deficiência mental e Síndrome de Down” (INEP - CENSO ESCOLAR DE 2005), a qual, segundo matéria veiculada na *Revista Escola*, mostra que:

¹ O presente trabalho foi desenvolvido como parte dos créditos para a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem.

² Professor substituto UFMS – Universidade federal de Mato Grosso do Sul – DCH/CCHS – anos 2005/2006. Mestrando em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro Oeste – UFMS. rgcasarin@yahoo.com.br

³ Graduando em Artes Visuais – Licenciatura – DAC/CCHS/UFMS. Bolsista da Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFMS – desde agosto de 2006. marcosbess2001@yahoo.com.br

Roberson Geovani Casarin , Marcos Antônio de Oliveira

(...) a Declaração de Salamanca — documento sobre princípios de Educação Inclusiva, de 1994 — estabelece que a escola inclusiva é aquela que contempla muitas outras necessidades educacionais especiais: crianças que têm dificuldades temporárias ou permanentes, que repetem de ano, sofrem exploração sexual, violação física ou emocional, são obrigadas a trabalhar, moram na rua ou longe da escola, vivem em extrema condição de pobreza, são desnutridas, vítimas de guerras ou conflitos armados, têm altas habilidades (superdotados) e as que, por qualquer motivo, estão fora da escola (em atendimento hospitalar, por exemplo). Sem esquecer daquelas que, mesmo na escola, são excluídas por cor, religião, peso, altura, aparência, modo de falar, vestir ou pensar. Tudo isso colabora para que o estudante tenha cerceado o direito de aprender e crescer (...) (FERREIRA, *apud* CAVALCANTE, p. 12, 2006).

Tal estudo e matéria nos mostram que Necessidades Especiais não se trata apenas de deficiência mental, física ou sensorial.

A citada revista ainda traz um breve histórico da “legislação brasileira a qual garante indistintamente a todos o direito à escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado a crianças com necessidades educacionais especiais” (CAVALCANTE, p. 14-15, 2006), o qual faremos aqui uso para descrever, mesmo que resumidamente, tal histórico:

(...) 1988 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a educação o *acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.*

1989 – LEI Nº 7.853/89 – Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, *em qualquer curso ou nível de ensino*, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – Garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, *sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito* (também aos que não tiveram acesso na idade própria); o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado, *preferencialmente na rede regular.*

1994 – DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – O texto, que não tem efeito de lei, diz que também devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual. *As que têm deficiências graves* devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais.

1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) – *A redação do parágrafo 2º do artigo 59 provocou confusão, dando a entender que, dependendo da deficiência, a criança só podia ser atendida em escola especial.* Na verdade, o texto diz que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum.

2000 – LEI Nº 10.048 E Nº 10.098 – A primeira garante atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos. A segunda estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, seja ou não de massa.

2001 – DECRETO Nº 3.956 (CONVENÇÃO DA GUATEMALA) – *Põe fim às interpretações confusas da LDB*, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. *O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, fere a convenção e a Constituição (...)* (FÁVERO, apud CAVALCANTE, p. 14-15, 2006).

Todas estas citações se fazem necessárias para mostrar aqui que nenhuma trata em especial do Ensino Superior, tema proposto por este trabalho. Faremos referências a esta legislação brasileira para tentarmos traçar o como funciona a inclusão do aluno com necessidades especiais no Ensino Superior, e no caso aqui específico tentaremos fazê-lo tomando por base a instituição universitária Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Campo Grande.

Em quase todas as citações feitas da legislação brasileira foram destacados, propositalmente, fragmentos que nos permitem interpretações variadas. No caso da Constituição da República de 1988 o que ocorre é que quando se diz: *acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um*, dado como um dos princípios norteadores de tal Constituição deixa margem para entendermos que o poder público se compromete em atender os cidadãos, com qualquer grau de deficiência, em qualquer grau de ensino, o que vem ser afirmado após a leitura da LEI Nº 7.853/89 quando diz: *em qualquer curso ou nível de ensino*. Sendo assim, podemos supor que tal poder deveria atender a qualquer nível de escolaridade, tantos os com necessidades especiais e os dados como *normais*. Porém o que vemos é uma política, quando há, voltada apenas para o nível básico e fundamental de ensino, chegando às vezes ao nível médio, mas em raríssimos casos ao ensino superior.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no capítulo IV, que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, nos artigos 53/54 diz que: “Garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o ensino fundamental obrigatório e gratuito também aos que não tiveram acesso na idade própria”. Claro, que se pensarmos que é um estatuto que trata exclusivamente da infância e da adolescência, o mesmo não poderia abordar outras fases do ensino publico, mas o trecho nos dá o direito de interpretação de que a obrigatoriedade e a gratuidade, propostas pelos governos, são direitos do cidadão apenas no ensino fundamental e que nas outras fases de aprendizados e principalmente no Ensino Superior não o são

A Declaração de Salamanca de 1994 traz um trecho dizendo: *As crianças que têm deficiências graves*. Até que ponto uma deficiência não pode ser considerada grave? Qual o nível de deficiência considerado grave por tal Declaração? E uma outra dúvida e que não poderia deixar de ser citada, é quando ela trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, quando diz: *A redação do parágrafo 2º do artigo 59 provocou confusão, dando a entender que, dependendo da deficiência, a criança só*

podia ser atendida em escola especial. Na verdade, o texto diz que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum. Com isso pode-se perceber que os próprios texto, leis educacionais, são cabíveis de diversas interpretações.

Por fim, somente para efeito de ilustração e de interrogações que devem ser por nós pensadas o Decreto N° 3.956, Convenção da Guatemala, de 2001 que diz: “Põe fim às interpretações confusas da LDB” e “O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, fere a convenção e a Constituição”. Voltamos a argumentar: somente o ensino fundamental é um direito humano? E se não podemos privar nenhuma pessoa de seu direito à escola, por causa da idade, por que não é direito destas mesmas pessoas o ensino superior de qualidade e gratuito? Não queremos aqui levantar nenhuma bandeira de como deve ou não ser interpretada tais Leis ou Decretos, mas sim devemos pensar em como estes textos devam ser mudados, em seu conteúdo, para que não haja a possibilidade de interpretações diversas e divergentes, não deixando de atender este ou aquele, com ou sem necessidades especiais, e sim que atendam a todos os cidadãos brasileiros dignamente sem distinção ou preconceitos em qualquer nível.

Retomando agora o nosso ponto central de estudo, em nosso trabalho, que é o Aluno com necessidades especiais em instituições de ensino superior e aqui no caso específico a UFMS - CG⁴. Para chegarmos à problemática de tal instituição de ensino pública, traçaremos um perfil do sistema de avaliação para ingresso na mesma. Tomaremos como ilustração parte do Edital do Processo Seletivo UFMS 2007 – Verão. (EDITAL PREG N° 112/2006, DE 29 DE AGOSTO DE 2006), cujo texto trás no parágrafo XII as seguintes observações:

(...) XII - DO CANDIDATO QUE NECESSITAR DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO

12.1 O candidato portador de necessidades especiais, caso necessite de atendimento diferenciado e/ou tempo adicional para a realização das provas, deverá solicitar à COPEVE, por escrito, de acordo com o disposto no Art. 27, do Decreto n° 3.298/1999, até o dia 25.10.2006 (4ª feira), anexando o atestado médico contendo o CID.

12.2 O requerimento será apreciado pela Junta Médica Oficial da UFMS (JMO/UFMS).

12.3 A COPEVE providenciará adaptações de provas, condições adequadas e os apoios necessários para a realização do concurso de acordo com a necessidade especial, levando em consideração critérios de viabilidade e razoabilidade e o parecer da JMO/UFMS.

⁴ A partir daqui, notaremos apenas como UFMS - CG o nome da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande, para uma melhor explanação nossa.

12.4 Todos os portadores de necessidades especiais terão direito a sala apropriada, a acompanhamento de pessoal treinado e a outros auxílios, que se fizerem indispensáveis, desde que tenham o seu pedido deferido.

12.5 A candidata que estiver amamentando, deverá solicitar o atendimento especial para a realização das provas e levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança.

12.6 A COPEVE providenciará uma sala reservada para esse fim (...) (UFMS/COPEVE).

Tal citação nos faz pensar que na teoria tudo funciona como manda a lei, mas mesmo nesta podemos observar que há também trechos em seu texto que deverão passar por uma re-escrita para que não haja mais más interpretações sobre tais. Mas isso não abordaremos neste momento com mais aprofundamento porque o trataremos melhor mais a frente neste nosso trabalho que será apresentado um levantamento destes “alunos com necessidades especiais” já em curso em nossa instituição.

A Revista Nova Escola traz um estudo que servirá para ilustrar a problemática dos alunos com tais necessidades que se fizeram sobressair e conseguiram alcançar o sonho de freqüentar uma universidade, deixando o quesito deficiência em segundo plano. O primeiro relato é um caso de um futuro professor de História que quando vai visitar uma escola, ouve de um aluno: “*Você não enxerga nada? — Nada, nadinha (...) — responde o professor, — E vai dar aula pra gente no ano que vem? — pergunta novamente o aluno — Pode ser (...)*” (ARAÚJO, p. 53, 2006). Tal passagem nos mostra o primeiro problema enfrentado pelo futuro professor, que tem uma deficiência visual: o preconceito. Este ele iria enfrentar dentro das salas de aula e que nem por isso o faz desistir de sua vontade. A matéria ainda relata o desejo do professor dizendo que:

(...) seu sonho era fazer Processamento de Dados. — “Querida usar softwares que obedecessem a comandos de voz.” — Aprovado na seleção, não pôde fazer o curso, pois a escola técnica não estava preparada para receber cegos. No Ensino Médio, conheceu um professor de História que, para driblar a gagueira, entrava na sala declamando a matéria. Passar no vestibular da Universidade Estadual de Montes Claros foi moleza. — “Só percebemos que George era cego no quinto dia de aula”, — lembra Leandro Mendes, colega de graduação e de profissão. Professor conservador, em sua própria avaliação, George, 33 anos, decora o conteúdo por tópicos depois de ouvi-los nas fitas. Em classe, dita para uma aluna, que passa tudo no quadro... — Só nos dias de prova Leandro vem ajudá-lo (...) (ARAÚJO, p. 53, 2006).

Tal passagem nos remete ao trecho do Edital do Processo Seletivo da UFMS-CG quando diz: “Todos os portadores de necessidades especiais terão direito a sala apropriada, a acompanhamento de pessoal treinado e a outros auxílios, que se fizerem indispensáveis, desde que tenham o seu pedido deferido” (COPEVE). Mesmo sendo um deficiente visual o nosso personagem da matéria antes citada,

considera que passar em um vestibular, lembramos que se trata aqui de uma instituição pública, não foi para ele nenhum problema. Então onde se concentra o problema para o aluno com necessidades especiais? Tentaremos mais a frente, em nosso levantamento, responder tal questão.

Outro depoimento da mesma revista que aqui tomaremos emprestado para ilustrar nosso trabalho é o de um casal de deficientes auditivos que relatam suas dificuldades enfrentadas antes da formação acadêmica, que diz:

(...) Rodrigo, que, quando garoto, enfrentou muitos problemas na escola. Língua de sinais, naquele tempo, nem pensar! A dificuldade em Língua Portuguesa o levou a ser reprovado várias vezes. Patrícia também enfrentou desafios. Os pais dela, assim como os de Rodrigo, queriam que Patrícia só fosse oralizada (aprendesse a falar). Em março, o casal se formou em Pedagogia e sabe bem o valor de uma escola preparada para lidar com as diferenças. Além da linguagem de sinais, Patrícia ensina Língua Portuguesa para os alunos surdos da Escola Básica Donícia Maria da Costa – Florianópolis/SC – Rodrigo trabalha na administração da empresa da família e começou este ano a dar aulas de Matemática na sala de apoio da mesma escola (...) (CAVALCANTE, p. 54 2006).

Como podemos constatar desde o início da elaboração desse nosso trabalho observamos que os problemas começam muito cedo, mas também que eles não acabam e nem se extinguem, com a maturidade ou a formação destes alunos com necessidades especiais. São ainda mais diversos os problemas enfrentados.

“Tenho síndrome de Down e não quero ser discriminada. Vim cursar o Magistério e vou até o fim.” (GENTILE, p. 55, 2006) Este é o início de nosso próximo e último depoimento retirado da referida revista. Trata-se de uma mulher, Débora, que já no seu primeiro dia de aula junto à classe de alunos ditos “normais” se impõe como pessoa com deficiência para não sentir na pele o problema do preconceito, das diferenças.

(...) em Natal/RN. Apesar da atitude firme, enfrentou professores que a consideravam incapaz e colegas que abusavam de sua bondade. (...) Ao formar, mandou convite para todos os antigos mestres. (...) A equipe da escola Doméstica – onde ela cursou parte do Ensino Fundamental – ofereceu classes para a jovem estagiária. “Queríamos ajudá-la... Que Paternalismo! É ela quem nos ensina, e muito”, diz a vice-diretora, (...) Débora, 25 anos, é professora auxiliar de uma turma com 27 crianças, de 3 e 4 anos. Trabalha como voluntária porque, se for registrada, perde o direito a pensão em caso de morte dos responsáveis (...) Débora faz o planejamento das aulas com a professora titular e, com uma orientadora pedagógica, em casa, pesquisa e traça metas individuais. (...) “Tenho um aluno agressivo.” (...) Ela conversou com o menino e com os pais dele. No final do ano, o garoto havia mudado. (...) “Fiquei emocionada quando ele me disse que eu era ótima professora” (...) (GENTILE, p. 55 2006).

Tal passagem foi aqui inserida, para melhor ilustrar um problema que para nós, *a priori*, parece ser o mais sério: o preconceito pois de um lado havia os professores *que a consideravam incapaz* e do outro os colegas *que abusavam de sua bondade*. Esta é uma questão que ultrapassa as barreiras das necessidades especiais pois passa a ser um grande problema social, porque denota o preconceito quanto ao ser humano. Pensamos assim porque uma vez que a candidata à professora passou por todos os trâmites legais necessários para exercer o magistério, qual seria a razão pela qual ela não o poderia fazer? Porque tem Síndrome de Down? Mas esta não conseguiu se formar? Mas não vamos adentrar neste assunto, uma vez que este não é o objeto proposto em nosso trabalho.

Levando em conta o problema dos professores incapazes, citaremos alguns estudiosos que vêm registrar que as dificuldades às vezes enfrentadas pelos alunos com necessidades especiais perpassam pelos próprios professores quanto ao seu despreparo para lidarem com estes alunos. O Portal Andifes, site da internet, que aborda dos mais diversos temas sobre o Ensino Superior, trás a seguinte matéria:

(...) Imagine: no primeiro dia de aula, você entra na sala para iniciar mais um semestre letivo e, logo de cara, se depara com um deficiente visual carregando uma pilha de livros e sentado na primeira fileira. Seria um estudante perdido que, por engano, entrou na turma errada? Nada disso. Ele faz parte dos recém-ingressos da universidade e, inclusive, será seu aluno pelos próximos seis meses. E aí? Você, como professor, estaria preparado para enfrentar uma situação como esta? Saberá transmitir os seus conhecimentos para ele? Se a resposta for não, então comece a pensar nisso, porque a presença dos alunos especiais nos corredores das IES (Instituições de Ensino Superior) é cada vez mais freqüente.

Que o acesso à Educação é um direito de todos, independe da origem étnica, social ou religiosa, todo mundo sabe. Mas, o que muita gente parece esquecer é que os portadores de deficiência - seja ela visual, auditiva ou física - também fazem parte deste grupo. É, portanto, uma obrigação as universidades brasileiras se estruturarem para receber essas pessoas (...) (RAPOSO, 2006).

Este trecho do texto da pesquisadora nos remete de imediato ao antes citado Edital do Processo Seletivo da UFMS - CG, pois este vem garantir o direito ao ingresso do aluno com Necessidades Especiais, mas e aí? o professor que vai recebê-lo encontra-se preparado? a própria instituição, está preparada para atendê-lo em suas necessidades, independentes das mais difíceis que sejam?

Ainda, no mesmo trabalho, faz o seguinte comentário: "(...) embora hoje em dia seja mais comum, não é tão freqüente a presença de um estudante deficiente dentro de uma universidade." (RAPOSO, 2006). A partir de tal comentário podemos agora supor a dificuldade que enfrenta o aluno com tais necessidades desde o momento em que consegue passar pelo processo seletivo. A estudiosa também defende que o problema da falta de capacidade dos docentes em lidar com estes alunos não

ocorre apenas no exercício da docência na graduação e sim na formação destes futuros professores universitários. Sobre isso ela diz: “(...) a maioria dos docentes, lá atrás, na formação acadêmica, não recebeu a capacitação necessária para lidar com estes alunos” (RAPOSO, 2006).

Cooperando com as opiniões da autora, que defende a capacitação do professor universitário, Puccetti, pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente da PUC Campinas, afirma que: “Não estão preparados, professores, porque não conhecem a deficiência” (PUCETTI, 2005), o que para nós pode ser aceito, pois só se conhece o problema quem o vive. Neste sentido traremos aqui, apenas para ilustrar, uma experiência internacional que parece estar dando certo em uma universidade portuguesa que, junto aos alunos do curso de letras, faz com que estes tenham um maior contato com alunos com necessidades especiais dentro de suas próprias salas de aula, ou seja, com seus colegas de classe, o que parece estar dando a eles uma experiência maior no trato com estes “deficientes” para o futuro exercício da docência ⁵.

Moreira mostra outro problema enfrentado pelos alunos com necessidades especiais. a falta de adequação das instituições para receberem tais alunos, uma vez que aludindo ao que diz Raposo, o número destes alunos ainda é muito pequeno nas universidades.

(...) A trajetória da universidade brasileira é encontrada em inúmeros estudos que descrevem e analisam sua instalação tardia, os percalços de sua institucionalização, seus projetos e reformas, suas facetas diante dos diferentes momentos políticos,

⁵ Apoio ao Aluno com Necessidades Educativas Especiais

Os avanços conseguidos, nas últimas décadas, na melhoria dos apoios educativos, tem progressivamente proporcionado aos alunos com necessidades especiais atingirem níveis superiores de educação.

No novo contexto educativo, estes estudantes são confrontados, por um lado, com algumas dificuldades em obter os materiais de estudo necessários para acompanhar as aulas, por outro, em aceder à informação disponível em formato digital, dado as suas limitações em termos de recursos técnicos, e ainda, em alguns casos, em participar nas atividades académicas.

Perante este cenário, a grande maioria dos estudantes com necessidades especiais passa a depender da boa vontade dos seus colegas, que a título de voluntariado, procuram ajuda-los a superar as suas dificuldades. Desde 2001 a FLUL tem procurado estruturar esse apoio de modo a, por um lado, contribuir para a formação e educação do indivíduo em valores como a solidariedade e a tolerância, por outro, promover a integração e igualdade de oportunidades aos estudantes com necessidades especiais.

Na área do apoio a estudantes NEE, os voluntários têm por função:

a) Colaboração na área de produção de materiais em suporte especial, nomeadamente:

- Digitalização e correção textos de apoio;
- Gravação de apontamentos de aulas e pequenos textos;
- Preparação de textos para impressão em Braille;
- Reprodução por escrito de aulas gravadas;
- Pesquisa e downloads de obras literárias on-line.

b) Estudo acompanhado.

c) Apoio individual a estudantes com mobilidade reduzida em atividades inerentes à sua vida quotidiana (académica e pessoal). *Serviço de Apoio ao Aluno - Voluntariado na FLUL - FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.*

sociais e econômicos vividos no país, sua atual conjuntura, seus conflitos e desafios (...) (MOREIRA, 2005).

Porém não há apenas despreparo, medo e angústia. Há algumas soluções e atitudes, ainda que pequenas e em fases iniciais, sendo tomadas por alguns órgãos governamentais como instituições públicas de ensino, entidades não-governamentais e até algumas instituições privadas no intuito de facilitar, e não fazer caridades, para favorecer a vida de quem tem algum tipo de necessidade especial. Sobre este assunto o Portal da Andifes trás a seguinte matéria: “(...) o Uniersia preparou um tutorial que vai trazer algumas dicas que irão auxiliar o professor em sala e, conseqüentemente, colaborar para o processo de aprendizagem de um estudante deficiente físico, visual ou auditivo” (RAPOSO, 2006).

Russo diz que é importante a atuação do professor em sala de aula, em ter a capacidade de (re)planejar e (re)adaptar suas aulas aos alunos com necessidades especiais, para que todos possam na medida do possível tirar maior proveito delas. Ressalta, porém, que professores não devem dar uma super importância aos alunos com tais necessidades, podendo assim proporcionar meios que os possibilitem a absorver e até colaborarem com as aulas. Sobre isto ela diz: "Ele deve criar estratégias que assegurem a este estudante uma compreensão no processo de comunicação com a classe, que é a demanda dele", (RUSSO apud RAPOSO, 2006).

A pesquisadora diz que a maior barreira encontrada na educação especial é a insegurança do professor com o novo e com o diferente. Este professor inseguro em relação aos seus alunos com necessidades especiais se concentra ou se distancia, demais, destes, o que gera conflitos na turma. Quando o professor se concentra demais nos alunos especiais, os demais acompanham a aula com muita facilidade. Quando o professor deixa de lado o aluno especial, é este quem acaba por abandonar a sala de aula, pois não consegue aprender. Sobre isto ela faz a seguinte ressalva:

(...) o processo de ensino não difere muito do convencional. A adequação está na linguagem e não na técnica. "Por exemplo, o professor vai substituir a linguagem visual para a auditiva para que o aluno deficiente visual possa receber e construir o conhecimento. A capacitação e o processo de inclusão educacional está nas mãos das universidades e dos próprios professores. É muito mais do que se adequar às normas de acessibilidade, é preciso se organizar para receber os alunos deficientes visuais, auditivos ou físicos, proporcionando profissionais preparados e uma educação sem discriminação (...) (RAPOSO, 2006).

Ao que ressalta a pesquisadora, sobre adequar às normas de acessibilidade para receber os alunos deficientes, nós queremos, antes, aqui registrar o caso para nós relatado em uma conversa

informal com nosso *suposto*⁶ entrevistado. Um caso em especial da UFMS - CG, quando ele se prontificou em nos atender em nossas solicitações sobre levantamento de alunos com necessidades especiais e suas dificuldades na instituição.

Levando em consideração tais ressalvas da autora e dados da conversa informal com nosso entrevistado, e fazendo alusões juntamente com informações disponíveis na *Revista Nossa Escola: Edição Especial* que mostra o que uma escola projetada para todos precisa ter, vamos tentar aqui apontar itens que já foram feitos e outros que ainda estão por fazer, em nossa instituição, e na maioria das instituições de ensino, para que certos “cuidados garantem que as pessoas, não só com deficiência, possam se locomover com segurança e autonomia”. (CAVALCANTE, 2006, p. 56-57)

ADEQUAÇÕES JÁ FEITAS

- 1- Banheiros especiais para cadeirantes.
- 2- Pistas uniformes, com baixas inclinações, nos locais onde o terreno apresenta deformidades.
- 3- Elevadores para deficientes.
- 4- Vagas preferenciais para pessoas com deficiência próxima às entradas do campus.

ADEQUAÇÕES AINDA POR SEREM FEITAS

- 1- Placas em Braille, com itinerários, nomes e números de linhas e horários fixados nos pontos de ônibus próximos ao campus.
- 2- Guarda-corpo para impedir que todos atravessem fora das faixas de pedestres.
- 3- Faixa de pedestre elevada para forçar a redução da velocidade dos carros, evitando acidentes.

⁶ Este termo “suposto” está aqui sendo usado, pois se tratava apenas de uma abordagem, nosso primeiro contato, com um funcionário do departamento que poderia nos ajudar no levantamento, antes citado neste trabalho, de casos de alunos com Necessidades Especiais dentro de nossa própria instituição. O que se deu da seguinte forma: ao abordar uma secretária deste departamento sobre nossas necessidades, levantamento em números de casos de alunos com Necessidades Especiais dentro da UFMS - CG, fomos por esta solicitada que fosse aguardada a chegada de uma outra pessoa, cujo nome será mantido em segredo, a seu pedido, pois esta seria quem poderia nos dar maiores informações sobre a existência ou não de tal levantamento. Ao chegar esta pessoa nos deparamos com um senhor de meia idade que, para nosso espanto era o nosso objeto de estudo em pessoa, se tratava de um deficiente, que não sabemos até aqui distinguir sua deficiência cientificamente diagnosticada, mas que podemos perceber que se tratava de um deficiente visual, pois o mesmo conversava conosco e em certos momentos o seu olhar era involuntariamente desviado, então este nos relatou: “*que achava não haver na instituição um levantamento registrado de alunos com Necessidades Especiais, mas que grosso-modo este sabia que no campus Campo Grande existia um aluno e que no Campus Aquidauana existia um número maior destes.*”. Mas o mais importante de estarmos registrando aqui esta conversa prévia e informal com tal funcionário, além de sua própria deficiência, o que é nosso objeto, é o caso dele mesmo ter sido aluno de curso da graduação da UFMS-CG, o que para nós foi uma surpresa muito gratificante e espantosa, então ele faz um breve relato dizendo: “*à mina época foi muito mais complicado, quando eu estudava aqui, não existia esta conversa de Alunos com Necessidades Especiais e muito menos a instituição se adequar a estes alunos, é muito recente esta conversa, nesta época o aluno com deficiência tinha que se adequar à instituição a qual com toda dificuldade tinha conseguido se ingressar, a gente tinha que se virar para conseguir acompanhar as aulas, tinha que se virar para conseguir até se locomover na universidade*”. (PRÉ-ENTREVISTA Realizada em 20/10/06 por Marcos Antônio de Oliveira) A qual se fez questão de registrar aqui, mesmo que será publicada na íntegra como anexo deste trabalho, para justificar a escolha de nosso entrevistado, o qual prontamente resolveu nos ceder tal entrevista em dia posterior marcado a nossa conversa.

- 4- Placa tátil colocada na entrada do campus trazendo o nome da escola em braile.
- 5- Sinais de transito sonoros para orientarem os cegos a atravessar a faixa de pedestre com segurança.
- 6- Sinalizador que emite luz e som para alertar os pedestres quando os carros entram e saem.
- 7- Mapa de localização tátil ou maquete indicando onde a pessoa está e como chegar às demais dependências.
- 8- Pisos das calçadas antiderrapante e foscos para facilitar a locomoção de pessoas com baixa visão.
- 9- Rodapés escuros mostram a quem tem baixa visão o limite entre o piso e a parede.
- 10- Portas vazadas, em alturas diferentes, deixam que pessoas altas e em cadeiras de rodas vejam quem está no ambiente.
- 11- Placas com letras grandes e em braile e com o pictograma (para quem não lê) identificam a sala.
- 12- Bebedouros com duas alturas atendem a adultos e pessoas em cadeiras de rodas.
- 13- Paredes com corrimão de um lado e bancos de outro auxilia a locomoção de cegos.
- 14- Degraus com reforço antiderrapante e contraste ajudam pessoas com baixa visão.
- 15- Pisos de Orientação: O Guia orienta cegos. Quando invertido, sinaliza porta ou guichê. O Sinalizador localiza mapas táteis e indica que é possível seguir ou mudar de direção O de Alerta aponta obstáculos, como uma escada, mudanças de plano ou desníveis.
- 16- Corrimão duplo permite que cadeirantes tenham apoio.
- 17- Pias suspensas e com alturas distintas favorecem quem usa cadeira de rodas.
- 18- Mesas e balcões e carteiras facilitam o uso por pessoas com cadeira de rodas.
- 19- Alarme de incêndio que emite som e também luz para alertar os surdos.
- 20- Estantes posicionadas a 90° em relação às janelas recebem iluminação natural.
- 21- Espaço entre as estantes garante a passagem de um adulto e de uma cadeira de rodas.
- 22- Guichês com altura adequada para quem usa cadeira de rodas.
- 23- Caminhos cimentados deixam a circulação de quem usa cadeira de rodas mais fácil.
- 24- Canteiros suspensos facilitam a participação de todos.
- 25- Quadra com piso antiderrapante e poucas cores, porém contratantes.
- 26- Lixeiras com duas aberturas atendem aos que usam cadeira de rodas.
- 27- Quinas arredondadas evitam acidentes aos deficientes visuais.
- 28- Grama sintética e EVA revestem o chão para absorver o impacto (DISCHINGER E OUTROS apud CAVALCANTE, 56-57, 2006).

A revista citada traz também na mesma matéria, uma relação com termos de tratamento para sabermos como devemos tratar os alunos com necessidades especiais quanto a sua necessidade, pois como todos nós *não* sabemos sempre nos referimos a eles erroneamente:

(...) ALUNO DE INCLUSÃO: Nas escolas, todos são “de inclusão”. Ao se referir a aluno surdo, por exemplo, diga **aluno com (ou que tem) deficiência**.
CADEIRA DE RODAS ELÉTRICA: Trata-se de uma cadeira de rodas com motor, portanto deve-se dizer **cadeira de rodas motorizada**.

CADEIRANTE: O termo reduz a pessoa ao objeto. Diga **pessoa em cadeira de rodas ou que anda em cadeira de rodas**.

CEGUINHO: O diminutivo deixa a impressão de pena. O correto é **cego, pessoa cega ou com deficiência visual**.

CRIANÇA NORMAL: O termo sugere que a deficiência é anormal. Diga **aluno, criança ou adulto sem deficiência**.

DEFICIENTE: Não devemos reduzir as pessoas e suas capacidades à deficiência. O correto é **pessoa com deficiência**.

ESCOLA OU CLASSE NORMAL: Devemos dizer **escola ou classe regular ou comum**.

EXCEPCIONAL: O certo é criança ou jovem **com deficiência mental**.

MONGOLÓIDE OU MONGOL: Diga aluno **com síndrome de Down**, em referência ao médico inglês que a identificou, Jhon L. Down.

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: A deficiência não é algo que a pessoa porta (carrega). O correto é **pessoa com deficiência**.

SURDO-MUDO E MUDINHO: O surdo só não fala porque não ouve. O certo é dizer **surdo ou pessoa com deficiência auditiva (...)** (SASSAKI apud CAVALCANTE, p. 13 2006).

Nós sabemos que não se trata de uma instituição privada o caso de nossa Universidade – UFMS-CG, o que para tanto todas estas adequações deveriam e devem ser feitas pelo poder público. Também não queremos com isso destacar que esta não é adequada o suficiente para receber e atender estes alunos com necessidades especiais. O que desejamos é apenas mostrar que para se adequar como uma “*Universidade para Todos*”⁷, nossos governantes ainda têm muito que fazer, porque é realidade cada vez mais freqüente alunos com necessidades especiais em salas de aulas regulares. Portanto, professores, principalmente, e alunos precisam passar por uma capacitação para dar conta e aprenderem a lidar com esta realidade que assusta e ao mesmo tempo perturba a todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo. **Revista Nova Escola: Inclusão**. p. 53 ed. Especial. n. 11, São Paulo: Editora Abril S.A. Outubro 2006.

CARVALHO, Sérgio. Família, atendimento especializado e inserção social. **Revista CEESP**, cadernos: edição 2005 n° 25 Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2005/01/a3.htm> acesso 20 de outubro de 2006.

⁷ Slogan do Programa Universidade para Todos – (ProUni) do atual Governo Federal – Disponível em: <http://pruni-inscricao.mec.gov.br/pruni/> acesso em: 21/10/06.

CAVALCANTE, Meire. **Revista Nova Escola: Inclusão**. p. 9-15 e 54. ed. Especial. n° 11, São Paulo: Editora Abril S.A. Outubro 2006.

DUEK, Viviane Preichardt, OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular: ressignificando a formação pessoal e profissional da educadora infantil. **Revista CEESP**, cadernos: edição 2005 n° 25 Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2005/01/a3.htm> acesso 20 de outubro de 2006.

DUTRA, Claudia Pereira, GRIBOSKI, Claudia Maffini. Gestão para a inclusão. **Revista CEESP**, cadernos: edição 2005 n° 26 Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2005/02/r1.htm> acesso em 20 de outubro de 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8069.htm> – acesso em 06 de maio de 2007.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Serviço de Apoio ao Aluno - Voluntariado na FLUL**. Disponível em: http://www.fl.ul.pt/servicos/saa/voluntariado_nee.htm acesso em 21 de outubro de 2006.

GENTILE, Paola. **Revista Nova Escola: Inclusão**. p. 55 ed. Especial. n° 11, São Paulo: Editora Abril S.A. Outubro 2006.

KELMAN, Celeste Azulay. **As implicações familiares da inclusão**. 03/ 05/ 2005 – Necessidades Especiais. Disponível em: <http://www.unb.br/acs/artigos/at0505-01.htm> acesso em 20 de outubro de 2006.

MOREIRA, Laura Ceretta. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista CEESP**, cadernos: edição 2005 n° 25 Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2005/01/a3.htm> acesso 20 de outubro de 2006.

PORTAL MEC. Ministério da educação – Disponível em: [Http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=62&Itemid=191](http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=62&Itemid=191) - acesso em 19 de outubro de 2006.

PROUNI - Programa Universidade para Todos – do Governo Federal – Ministério da Educação. Disponível em: <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/> acesso em: 21 de outubro de 2006.

PUCETTI, Roberta. **Revista CEESP**, cadernos: edição 2005 n° 25 Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2005/01/a3.htm> acesso 20 de outubro de 2006.

RAPOSO, Patrícia Neves. Aprendendo a integrar: Capacitação é fundamental para a inclusão de deficientes na graduação. **PORTAL UNIVERSIA**. 19 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/> acesso em 20 de outubro de 2006.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004. – (Série Educação Especial)

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – **Comissão Permanente de Vestibular**. Disponível em: <http://www.copeve.ufms.br/Vst2007v/> - acesso em 20 de outubro de 2006.

ZORZETO, Annyara. **O papel da universidade**. 04/ 05/ 2005 – Inclusão. Disponível em: <http://www.unb.br/acs/unbagenda/ag0505-09.htm> acesso em 20 de outubro de 2006.

ANEXOS

1 – ENTREVISTA

Entrevista gentilmente cedida por “**J**”, cujo nome verdadeiro será mantido em sigilo para manter a liberdade de expressão na entrevista, feita em 24 de outubro de 2006 por Marcos Antônio de Oliveira.

Marcos - Qual é sua Necessidade Especial, clinicamente diagnosticada, patológica?

J – Catarata Congênita e certa atrofia no nervo ótico.

M - Com quantos anos você fez o vestibular para a UFMS? E para qual curso?

J – Comunicação Social, e tem muito tempo em, já nem me lembro o ano, e o primeiro eu não passei.

M - Como foi o seu vestibular?

J – Na Universidade Federal naquele tempo já se fazia o vestibular em braile, cadernos em braile, então aqui na Universidade já estava adaptado, e era um vestibular unificado era para todo Brasil no mesmo horário para todas as universidades. Não era como hoje que cada Universidade elabora o seu próprio vestibular, a Fundação Cesgranrio preparava as provas para todo o Brasil.

M - Como você foi recebido pelos professores e colegas de turma?

J – Na questão pessoal muito bem nunca tive problemas, eu sempre gostei de pessoas, eu sempre tive boas amizades no curso, isso fica fácil, na verdade o que o cego faz, ele faz bons amigos, e na escola é que estão os bons amigos.

M - Quais foram suas maiores dificuldades dentro da Universidade?

J – Na época era o livro, o livro era muito difícil, porque para ler um livro eu tinha que pedir para alguém gravar ou assentar com um colega aonde ele ia lendo e a gente ia discutindo e eu fazendo anotações, mas de qualquer forma eu dependia de uma pessoa. Mas isso hoje está mais fácil.

M - Mais fácil porque algumas instituições já oferecem materiais mais específicos? *J – Não, não digo instituições, eu digo pela própria tecnologia mesmo, o computador, por exemplo.*

M - Como eram propostas as atividades dentro e fora de sala de aula para que você se adequasse?

J – As provas de matemática, estatística, as de ciências exatas, eu tinha que fazer em braile. Já as provas de geografia ou história, as da área de humanas, o professor me perguntava se eu poderia fazer oral, ou então as que tinham que dissertar como filosofia, por exemplo, que tinha que dissertar sobre determinada questão, não podiam ser feitas oral, mas as que podia eu fazia oral mesmo, tudo que podia fazer oral eu fazia, e isso ocorre até hoje, porque as vezes o cego prefere prova oral, porque gera uma dificuldade para até a gente pegar a prova pedir o professor para passar em braile para voltar para gente dá muito trabalho para ele. Já as hoje, têm universidades particulares que disponibilizam as provas no computador, ou seja, o cego vai para uma sala com computador, o professor coloca a prova no formato Word, e você vai respondendo ali, já existe essa opção. Então hoje tem as opções do oral, o braile e o computador, depende do que você combinar com o professor.

M - Você alguma vez conseguiu desenvolver melhor as atividades dentro de sala de aula do que um colega sem necessidades especiais?

J – Isso acontece, porque na verdade o único impedimento que o cego tem é a falta da visão, mas em determinada matéria a gente tem mais facilidade para aprender ou decorar mesmo, aí você se sai melhor, mas fui sempre normal mesmo, mas nunca fui um aluno de superar muito os outros não, sempre fui dentro da média, tinham alunos melhores e piores que eu.

M - Você sempre conseguia aprender o conteúdo dado no mesmo ritmo que seus colegas?

J – Parece que sim, até porque eu sempre fui um aluno bem na média, então acho que era no mesmo ritmo que o deles, apesar de tudo, e eu sempre me dei bem com os conteúdos.

M - Quais foram as adaptações que os professores fizeram para facilitar o seu aprendizado?

J – Na época as minhas provas eram adaptadas no seguinte sentido, eu tinha opção das provas serem em braile ou oral, porque naquele tempo não havia computador disponíveis.

M - Então eles eram bem flexíveis com você?

J – Sim, na minha vida universitária não me queixo.

M - Você fez alguma solicitação junto aos professores, amigos e a própria instituição, para que você se sentisse melhor na sala de aula, no sentido de adequação às suas necessidades?

J – Fiz sim, mas não a instituição. Fiz ao próprio professor diretamente, por exemplo, na matemática, o professor geralmente quando vai explicar ele diz, você multiplica este por este, é bem comum o professor falar isso, aí eu pedi que quando ele fosse falar para multiplicar este por este, que ele dissesse você multiplica X por Y, por exemplo.

M – Um pouco mais claro, dando nome aos termos?

J – Isso no mundo do deficiente visual se torna mais fácil, os professores fazem naturalmente, em alguns exercícios ele tem que definir, ele tem que dar nomes claros aos termos para que o deficiente compreenda. Mas nunca tive problemas com isso.

M - Você sentiu, ou passou, no decorrer do curso, algum tipo de preconceito?

J – Não, eu nunca senti nada não, sinceramente não. Mas isso varia de acordo com o que você negocia com o seu grupo, vamos supor, se eu sou um cara mais ou menos extrovertido, isso conta muito, porque, se eu tenho um grupo de quatro a cinco amizades dentro de um grupo de quarenta alunos isso facilita muito, mas se eu não tenho nenhuma é complicado. Essa é a questão, negociar isso, suas relações com o grupo.

M - Depende da pessoa então?

J – Sim, depende bastante das pessoas deficiente, é claro que você se considera amigo de uma pessoa você vai se dar mais fácil. E a escola funciona bastante para isso.

M – A pessoa não pode ela mesma ter preconceito dela então?

J – É exata, seria mais ou menos por aí.

M - O que você acha que tem que ser feito na UFMS para que os alunos com Necessidades Especiais sintam-se mais bem amparados?

J – Para um aluno se manter em um curso na UFMS? Eu acho que a maior questão é o material didático, porque, hoje ainda nós saímos em desvantagem, porque se eu der a você um livro você vai ler sem problemas, mas eu o cego, vou ter que scanear este livro para que o computador leia e eu poder editar isso para mim é o maior problema. A universidade não faz isso ela deveria ter um programa desses dentro da biblioteca do próprio cento mesmo.

M - Isso a gente já sabe que não é um problema só da UFMS e sim um problema das instituições públicas, o próprio poder publico não oferece este tipo de apoio?

J – Sim isso mesmo, a questão dos livros ainda é o mais grave dos problemas. Porque para nós o deficiente visual, o lugar do qual posso falar melhor, o acesso ao texto é o mais difícil. Apesar de que já melhorou muito, porque se o professor quiser mandar por e-mail o texto que ele está trabalhando em turma, por exemplo, já facilita muito porque evita que você fique pedindo um colega para ditar. Mas hoje tem muitas formas, adaptar um gravador poderia estar em uma sala de aula gravando perfeitamente como você esta fazendo comigo aqui. No caso do aluno cego acho que é só isso mesmo. Mas a questão da permanência é negociar mesmo. Porque ainda hoje tem professor que diz, “não vou dar aula diferencial”, ai complica, ele tem que ter uma aula com um diferencial, na hora da prova, por exemplo, não que esta seja diferente com conteúdo diferente, mas ele tem que fazer adaptações para que este aluno possa fazer a prova, ou seja, a prova vai ser em braile ou vai ser em computador ou vai ser oral.

M - Fale um pouco de sua carreira profissional enquanto funcionário da UFMS sendo você uma pessoa com Necessidades Especiais.

J – Eu entrei no serviço público federal em 1994, através de concurso, no ministério da educação na delegacia do MEC. Nós fomos fazer este concurso em Brasília, nós não fizemos aqui, na época não sei por que o MEC não fez o concurso aqui em Campo Grande.

M - Todos os candidatos, ou só os candidatos portadores de necessidades especiais?

J – Todos os candidatos. Nós fizemos na UNB e de Mato Grosso do Sul só tinha eu de deficiente, junto comigo tinha gente de Goiás, Brasília, então fizeram o concurso com postos em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Minas Gerais e acho que Curitiba, e nós daqui tivemos que ir para Brasília, no dia 24 de outubro de 1994. E em 1999 o presidente Fernando Henrique extinguiu a Delegacia do MEC, então nós fomos redistribuídos para as Universidades, então estamos na Universidade até hoje.

M - O que a Universidade tem feito para atender os alunos com Necessidades Especiais?

J – Até pouco tempo era feito somente um trabalho isolado, aconteciam coisas como: um aluno com qualquer tipo de deficiência, cego, surdo, mudo ou deficiente físico chegava nós tínhamos que adaptarmos, do tipo, vamos fazer tal coisa por fulano. Não tinha uma política organizada decentemente. Mas agora foi criada uma Comissão de Educação Especial que é composta por três professores um técnico e um aluno deficiente, e essa comissão esta criando as comissões setoriais, o que vai fazer que cada centro tenha um conselho setorial que vai monitorar as ações dentro daquele centro. Então nós vamos ver que essa comissão maior ela vai ser alimentada por essas comissões setoriais, até para tomar melhores decisões. Nós

vamos aparelhar melhor para atender estes deficientes. Essa comissão também é uma determinação do MEC, ou seja, é obrigatória.

M - Essa comissão é aquela a qual você havia me dito que não faz parte, você não faz parte por opção?

J – Não, ela é uma comissão que foi nomeada pela PREG, e nomeou uma técnica nossa colega Telma.

M - Qual o item que você acha mais importante que a Universidade deveria fazer para atender melhor os alunos com Necessidades Especiais?

J – A questão do material didático.

M - Existe na Universidade um departamento que preste algum tipo de assistência psicológica aos alunos com Necessidades Especiais?

J – Não existe um específico a deficientes, mas a universidade mantém um departamento que atende os alunos da UFMS importando com ou sem necessidade.

M - Já houve denuncia de casos de preconceitos sofridos por alunos com Necessidades Especiais?

J – Que eu saiba não, nunca houve.

M - Há professor capacitado dentro da Universidade para atender alunos com Necessidades Especiais?

J – Para atender aluno eu não sei se tem um professor capacitado, houve professores que vieram professores de outras instituições, e que aqui fizeram concursos, que davam aula em escolas que já tinham algum contato com alunos deficientes. Hoje aqui são doutores que tem tese, mas acho que aqui tem 2 ou 3 que tenham uma formação específica e que até tenham desenvolvido algumas coisas para passar ou capacitar os outros professores.

M - Há interesses por parte dos professores quanto a cursos de capacitação para estes lidar com alunos com Necessidades Especiais?

J – Você sabe que o universo de professores da UFMS é muito grande, mas tem sim, graças a Deus existe gente que se preocupa muito com o outro, há professores que querem se capacitar e não têm como ou porque a Universidade não tem essa política, mas talvez agora com essa política as coisas facilitem um pouco, mas também é um pouco questão de gosto, o que é natural, um ser humano ou outro querer ou não trabalhar com aluno deficiente.

M - A Universidade tem algum projeto visando corresponder melhor o atendimento a esses alunos com Necessidades Especiais?

J – O melhor projeto nesse sentido é a Comissão, por que ela vai ter uma política tanto para os alunos quanto para os professores, ela vai trabalhar os professores para que eles tenham alguma formação nesse sentido, na verdade ela vai discutir com alunos técnicos e professores, porque aqui é uma Universidade, a melhor forma de trabalhar essa questão do aluno deficiente.

M - Já houve algum tipo de reclamação por parte de professores ou alunos quanto à inclusão de alunos com Necessidades Especiais em sala de aula regular?

J – Não, mas isso é caso isolado, eu sei de alunos que às vezes tiveram problemas com alunos, mas eu julgo que sejam mais problemas pessoais entre professor e aluno, mais do que pela condição do aluno ou pela Universidade ou do professor, por que você sabe: o atendimento para 40 alunos é despersonalizado, quando você vai aplicar uma prova diferenciada, você personaliza este atendimento, então, por exemplo, pode ser que eu não vá com sua cara, não goste de você, ou você enquanto aluno não gosta do professor, então eu acredito que é mais uma questão de empatia ou antipatia entre professor e aluno do que propriamente pela condição.

M - O que você acha da inclusão de alunos com Necessidades Especiais em salas de aulas regulares e vise-versa?

J – Eu sei de um que tem deficiência física, ele só tem o problema de adequação quanto a material como altura de carteira ou coisa assim, e no ano passado havia uma aluna que tinha baixa visão, o que já não sei se ele continua na UFMS ou se nos abandonou, infelizmente como não tem o levantamento registrado, não posso te falar nada com certeza.

Em nome do meu grupo de trabalho e em nome de nosso professor e da própria UFMS, eu agradeço sua disponibilidade e sua presteza em me atender e conceder tal entrevista.

Nosso muito obrigado.

2 – DADOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

*** Inserir gráficos da Educação Especial no Brasil**